



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

## Audição Regimental

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

20 DE DEZEMBRO DE 2017

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O Governo assumiu no seu Programa a necessidade de identificar e implementar um conjunto de **POLÍTICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

Estabelecemos o compromisso com o país de fortalecer a Administração Pública, promovendo a sua eficiência e sustentabilidade e proporcionando condições de trabalho digno para os seus profissionais e uma melhor prestação de serviços públicos. Este compromisso tem subjacente uma ideia muito clara do que significa valorizar a Administração Pública. Para nós, este é um processo dinâmico, um processo de transformação contínuo e colaborativo que une todas as áreas governativas num propósito comum: entregar valor aos cidadãos, através de políticas públicas sustentáveis e com resultados.



Devemos reforçar a capacidade adaptativa e renovadora dos serviços públicos. Ser capaz de responder aos desafios da sociedade de forma eficaz e eficiente é, sem dúvida, o maior desafio que a Administração Pública enfrenta nos nossos tempos. A complexidade e a dimensão da Administração dificultam uma resposta célere e adequada aos problemas que todos sentimos de forma individual como urgente. Mudar a forma como trabalhamos, como nos organizamos e como servimos é um imperativo, pois a Administração Pública existe para servir em nome do Estado e deve adaptar-se aos desafios de cada tempo e não obrigar os cidadãos e os agentes económicos e sociais a organizarem-se em função das rotinas que a Administração estabelece.

Para isso temos que apostar nos trabalhadores públicos como agentes da mudança. A capacidade adaptativa só existe com envolvimento dos trabalhadores. É necessário que, em todas as áreas de governação, se construam relações laborais positivas. As organizações públicas devem assumir um papel exemplar, estimulando a adoção de boas práticas em toda a sua cadeia de valor, começando pela gestão dos seus trabalhadores. Para reforçar a capacidade e a sustentabilidade da Administração Pública é, então, necessário introduzir maior coerência e equidade no sistema de emprego público que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, é muito diverso, tanto nas suas dimensões estruturais, legais e organizacionais, como também nas suas práticas de gestão.



Por estas razões afirmamos que melhorar as condições de trabalho na Administração Pública é, em si mesmo, uma reforma, e é uma reforma estrutural. Porque significa desenvolver as condições para que a Administração Pública tenha uma força de trabalho capaz de satisfazer as necessidades das pessoas, nas gerações presentes e futuras. Uma reforma que tem que estar centrada nas competências dos trabalhadores, que têm que ser adequadas, num ambiente de trabalho positivo, com uma cultura de serviço e os melhores processos de gestão. Uma reforma por uma força de trabalho motivada, qualificada, íntegra, inspirada nos valores de serviço público e capaz de ajustar continuamente a prestação de serviços ao perfil das populações e às condições do País.

É com estes princípios que desde o início deste mandato temos vindo a implementar um conjunto alargado de medidas.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

O Orçamento do Estado para 2018 que a Assembleia da República recentemente aprovou reflete a aposta na melhoria dos serviços públicos, alocando uma parcela muito significativa de recursos aos seus trabalhadores.



Neste âmbito, a medida mais emblemática é, sem qualquer sombra de dúvida, o descongelamento de carreiras. É também a medida de implementação mais complexa que consta do Programa de Governo para a Administração Pública. O impacto financeiro do descongelamento das carreiras, congeladas desde 2011, é de 651 ME. Este total distribui-se por três anos: assume um valor de 180 ME em 2018, 217 ME em 2019 e 253 ME em 2020.

Para além do descongelamento, existem outras importantes decisões em matéria de recursos humanos da Administração Pública que têm impacto orçamental direto em 2018, que estão incluídas na Lei de Orçamento de Estado, num total de mais 165 ME, distribuídos entre vinculação de professores, contratação de investigadores, contratação de assistentes operacionais para as Escolas; horas extras extraordinárias em toda a Administração Pública e horas de qualidade no setor da Saúde.

Trata-se de um esforço orçamental que deve ser compreendido por todos, porque se trata de dotar a AP dos mecanismos de valorização das suas diferentes carreiras, essencial para uma melhoria dos serviços públicos.

Assim, a partir de 1 de janeiro de 2018, todas as carreiras dos trabalhadores em funções públicas retomam o seu normal funcionamento.



Estima-se que mais de 50% dos trabalhadores comecem a sentir a expressão financeira da valorização remuneratória a que têm direito nos termos das regras das respetivas carreiras em 2018.

No caso das carreiras em que as alterações de posicionamento remuneratório ocorrem em função das avaliações do desempenho com acumulação de pontos, são reconhecidos todos os ciclos avaliativos completos, até 2015/16. Em 2018 são assim reconhecidos todos os direitos constituídos até esse ano.

Noutras carreiras o tempo é o elemento determinante. Aí, retoma-se a contagem do tempo e as progressões decorrerão normalmente a partir do dia 1 de janeiro de 2018. E sempre que o trabalhador tenha completado o ciclo de tempo correspondente ao escalão em que se encontre, o trabalhador progride. Acontece assim em variadíssimas carreiras da Administração Pública.

O Governo está, assim, a cumprir um compromisso que foi assumido no seu Programa e que tem vindo a ser refletido quer nos Programas de Estabilidade, quer nas várias LOE, incluindo a de 2017: o descongelamento das carreiras que mimetiza, mas ao contrário, o anterior congelamento das carreiras. Está a cumprir nos termos em que se comprometeu a fazê-lo: de forma gradual, removendo os bloqueios ao desenvolvimento normal de todas as carreiras.



Não ignoramos nem reescrevemos a história. Não ignoramos as sucessivas leis de OE que determinaram o congelamento. Eliminamos, sim, todos os bloqueios que existem às progressões das carreiras; e permitimos que os trabalhadores retomem o desenvolvimento dos seus direitos. Sem recorrer a nenhuma retroatividade. Isto acontece pela primeira vez em muitos anos.

Quero a este propósito afirmar que desde o primeiro momento o Governo esteve aberto ao diálogo, com vista a esclarecer e a encontrar para as suas decisões os contributos e o conforto de todos os que nelas são envolvidos. Na sequência do descongelamento, mas num processo separado, abriu-se um debate que é novo, difícil e complexo: o tema da contagem de tempo nas carreiras cujo elemento determinante da progressão é o tempo. Trata-se de um debate novo porque não estava previsto no Programa do Governo, mas também difícil e complexo porque requer retroatividade nas regras aprovadas nos sucessivos Orçamentos do Estado de 2011 a 2017 e porque a sua incidência orçamental se afigura de grande dimensão colocando em causa a estabilidade das contas públicas.

Assim, demos início a discussões setoriais sobre este tema, com abertura e sentido de responsabilidade por parte do Governo. Ao longo desse debate procuraremos soluções sustentáveis. Soluções que não voltem a fazer parar o cronómetro, porque nenhum dos trabalhadores da Administração Pública perceberia que isso pudesse voltar a acontecer. Temos que tornar as carreiras



da Administração Pública sustentáveis financeiramente. Esse é um esforço de todos. Só para isso podem contar com o Governo.

Tratando-se de um processo novo e complexo, distinto do descongelamento das carreiras, o Governo entende que deve ser cuidadosamente ponderado, para não colocar em risco a consolidação orçamental, a equidade e sustentabilidade do sistema de emprego público e o futuro desenvolvimento regular das carreiras.

Tal como aconteceu com a preparação do descongelamento, desenhado desde o início com as estruturas sindicais, o Governo deseja que também esta discussão seja conduzida de forma transparente, com partilha de dados, ponderação dos impactos e discussão informada sobre os princípios que podem orientar uma negociação desta natureza.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

Não é esta a única tarefa de grande relevância que temos entre mãos.

O Programa de Governo estabeleceu como prioridade a promoção do emprego e o combate à **PRECARIÉDADE** laboral.



Para atingir esse objetivo, e para efeitos de definição de uma estratégia de combate à precariedade, o Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado nomeadamente com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviço.

Em sequência, e no cumprimento do Orçamento do Estado para 2017, o Governo apresentou um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública: o PREVPAP, cuja conclusão deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2018.

São abrangidos pelo PREVPAP todos os casos relativos a postos de trabalho que correspondam a necessidades permanentes dos serviços da administração direta ou indireta do Estado, incluindo o Setor Empresarial do Estado sem o adequado vínculo contratual. No caso da Administração Local, também abrangida pelo diploma já aprovado nesta Assembleia, as suas especificidades serão ajustadas através das decisões dos órgãos de governo próprio.

Como sabem, a avaliação das situações no âmbito do PREVPAP foi cometida às Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB), constituídas por representantes ministeriais, dos serviços e das associações sindicais.



Nas duas fases que existiram para apresentação de requerimentos, foram recebidos 30 070 requerimentos, a que acrescem 2 223 contratos de emprego e inserção e 1 218 outras situações comunicadas pelos serviços, num total de 33 511 processos.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

Esta atuação concretiza uma visão integrada sobre a Administração Pública e um propósito claro de valorizar e capacitar a Administração Pública para servir o país:

- Uma Administração Pública reforçada através de trabalhadores motivados e instituições capazes;
- Uma Administração Pública que dá o exemplo na forma como gere os seus trabalhadores, os mobiliza para novos modelos de trabalho e que, desta forma, procura servir melhor cidadãos e empresas;
- Uma Administração Pública desenvolvida, com instrumentos colaborativos e uma gestão responsável.



Tudo isto porque o Estado enquanto empregador não pode atuar dissociado dos outros papéis que desempenha. E todas as decisões que toma devem ter em vista a sustentabilidade dos serviços públicos para que tenham a capacidade de servir as gerações presentes e futuras, estimular a economia e projetar o país para novos patamares de credibilidade e competitividade.

Acreditamos que é exatamente isto que temos feito e que essa credibilidade permitiu ao país acumular um sem-número de sucessos nos últimos dois anos.

Portugal tem hoje o crescimento do emprego mais elevado desde 1998. São mais 237 mil empregos criados em apenas dois anos.

Portugal vive a mais forte redução do desemprego desde 1998. São menos 191 mil desempregados apenas nos últimos dois anos.

Estes dados confirmam um crescimento da população ativa, depois de um longo período de emigração, que apenas foi vivido em Portugal na década de 60 do século passado. Temos hoje mais 50 mil portugueses no mercado de trabalho nos últimos dois anos, depois de esse número ter caído 230 mil na anterior legislatura.

O emprego criado é maioritariamente permanente. Mais de 80% do crescimento do emprego é composto por contratos sem termo. E com salários



mais altos: é verdade, o salário médio cresceu nos últimos dois anos. Falamos de emprego de maior qualidade.

Este é o reflexo do setor privado mas também do setor público. Sem dicotomias, sem estigmas entre trabalhadores.

E tudo isto tem sido acompanhado por contas públicas certas e cumprindo os nossos compromissos. Foi assim em 2016, está a ser assim em 2017 e voltará a ser em 2018. Tanto na redução do défice, como na redução da dívida.

Há sempre muito por fazer, sabemos isso. As áreas do emprego nunca estão completas. Hoje ainda há menos emprego em Portugal do que em 2008. Hoje ainda produzimos menos do que antes da crise financeira.

Mas estamos no bom caminho. Quem o diz não são apenas as agências que avaliam o nosso desempenho económico e financeiro. Dizem-no também os índices historicamente elevados da confiança dos consumidores, que somos todos nós. Dizem-no os empresários de todos os setores económicos cuja confiança está também em máximos.

Vamos continuar a cumprir o Programa do Governo, com responsabilidade entre todos.

Muito obrigado.